



XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT-10 – Informação e Memória

TESSITURAS MEMORIALÍSTICAS DO GÊNERO BIOGRÁFICO NA OBRA
'MARIGHELLA: O GUERRILHEIRO QUE INCENDEIOU O MUNDO'

*MEMORIALISTIC TEXTURE OF BIOGRAPHY IN 'MARIGHELLA: O GUERRILHEIRO QUE
INCENDEIOU O MUNDO'*

Denise Braga Sampaio – Universidade Federal da Bahia
Izabel França de Lima – Universidade Federal da Paraíba
Maria da Luz Olegário – Universidade Federal da Paraíba

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Trata do estudo da obra 'Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo', de autoria de Mário Magalhães, sob perspectiva memorialística, a partir da classificação de autores como Halbwachs, Brito, Pollack e Thiesen. De caráter exploratório, analisa a biografia sob a perspectiva da memória em suas classificações e mapeia os atores sociais que serviram de fonte a Magalhães; por conseguinte, categoriza estes, a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) enquanto ferramenta metodológica amparada pelas pesquisas bibliográfica e documental como técnica de coleta e análise de dados. Estes revelaram que as biografias são constituídas e constituintes de memórias diversas, que possibilitam a reconstrução de narrativas outrora subalternizadas e/ou invisibilizadas.

Palavras-Chave: Memória Coletiva; Ditadura Militar - Brasil; Carlos Marighella.

Abstract: It deals with the study of the Mário Magalhães' book Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo from a memorialistic perspective, based on the classification of authors such as Halbwachs, Brito, Pollack and Thiesen. With an exploratory character, it analyzes the biography from the perspective of memory in its classifications and maps the social actors that served as source to Magalhães; Therefore, it categorizes these from content analysis (BARDIN, 1977) as a methodological tool supported by bibliographic and documentary research as a technique for data collection and analysis. These revealed that biographies are constituted and constituent of diverse memories, which enable the reconstruction of narratives once subalternized and / or invisible.

Keywords: Collective memory; Military Dictatorship - Brazil; Carlos Marighella.

1 INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar brasileira (1964-1985) foi marcada por concepções memorialísticas diametralmente opostas. De um lado, há a defesa de que os documentos oriundos do período deveriam ser abertos e de conhecimento público, do outro, há uma resistência em relação a essa abertura, sob a prerrogativa de que tornar tais memórias públicas e publicitadas fere a anistia outrora acordada entre os dirigentes da Ditadura e os opositores.

No entanto, após o ‘perdão’ deste período, nota-se, pela eclosão de movimentos pró-abertura dos arquivos da ditadura, a necessidade de conhecer este passado encoberto e pouco digerido pela sociedade brasileira. É nessa ocasião que surge, por exemplo, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada no ano de 2011 e instituída em 2012, e suas regionais, com o intuito de “apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988” (BRASIL, 201-). Além do mecanismo institucional acima citado, mecanismos outros foram utilizados para retratar o período, de forma velada, ou não, como ocorreu com as músicas de protesto de meados dos anos 1960 e final dos anos 1980, as peças de teatro e o ‘cinema novo’.

Pós-abertura, verifica-se a criação de produções cinematográficas, seriados, novelas, biografias autorizadas e não autorizadas, livros em perspectiva historiográfica ou semi-ficcional que buscam reproduzir, à luz de coleta de informações da época, tais vivências, constituindo assim, memórias, difusas ou não, do período, mas destacando, com certo rigor, o caráter austero do Regime Militar Brasileiro. O foco deste artigo se debruça sobre as biografias, uma vez que estas são narrativas empreendidas com o objetivo de exaltar, apologizar ou renegar (CARINO, 1999) a trajetória de dado indivíduo, constituindo-se em artefato memorialístico, na medida em que se desvela fatos em um dado período, sob e sobre a rememoração da vivência desse indivíduo ou de um grupo de pessoas, a partir da eleição arbitrada desses fatos e memórias.

É destacável também, pensando-se na eleição dessas memórias, que o silenciamento tem configurações diferentes a depender do regime que está em voga, portanto, mesmo em uma democracia plena, certos temas ou produções podem passar por mecanismos de silenciamento, seja pela falta de incentivo, pela pouca publicização ou mesmo pela sobreposição de outros temas e produções. Pensando nisso, o presente artigo analisa a importância das biografias como artefatos memorialísticos de personalidades históricas, tomando por plano de fundo a produção ‘Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo’,

de Mário Magalhães (2012), publicada em pleno exercício democrático e que originou o filme ‘Marighella’, dirigido, roteirizado e produzido por Wagner Moura e outros, em 2019.

Assim, a investigação analisa a biografia sob a perspectiva da memória em suas classificações e mapeia os atores sociais que serviram de fonte ao autor; por conseguinte, categoriza estes, a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) enquanto ferramenta metodológica amparada pelas pesquisas bibliográfica e documental como técnica de coleta e análise de dados.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

De cunho exploratório, o estudo se pauta na pesquisa bibliográfica enquanto estratégia de levantamento de dados, uma vez que “procura explicar e discutir determinado assunto, tema ou problema com base em referências procuradas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, jornais [...]” (MARTINS; THEÓPHILO, 2016, p. 52). Tal método converge com a pesquisa, uma vez que, para se perceber os atores-fonte envolvidos no livro enquanto potenciais memórias, recorreu-se, primeiramente, à própria obra de Mário Magalhães (2012), para verificar a ligação destes com a construção memorialística de Marighella e, em segunda instância, com a literatura da área de Memória, para verificar como opera sua subdivisão na construção de uma narrativa biográfica que, por seu turno, é uma potencial constituinte da própria memória, fazendo parte, nesse sentido, de um processo retroalimentável. Como forma de operacionalizar as fontes levantadas na construção da obra, utiliza-se a análise de conteúdo, de Laurence Bardin (1977), por meio das etapas descritas no Quadro 1.

Quadro 1 - Etapas, com aplicação, da análise de conteúdo

Etapas	Aplicação das etapas
Preparação das informações	Coletar as fontes, em suas tipificações e exemplos no livro ‘Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo’.
Unitarização	Identificar de que ordem é a memória evocada pelas fontes, segundo as leituras em Halbwachs, Brito, Thiesen e outros.
Categorização	Classificar as fontes utilizadas pelo autor da obra (MAGALHÃES, 2012) segundo a identificação acima descrita.
Descrição e Interpretação	

Fonte: Autoria própria, baseado em Moraes (1999)

Dado ao grande volume de fontes utilizadas por Magalhães, a pesquisa, que é de caráter qualitativo, reservou-se a categorizar a partir da incidência das categorias memorialísticas estabelecidas no referencial teórico, não segundo aspectos quantitativos.

3 ACEPÇÕES DAS MEMÓRIAS COLETIVA, INDIVIDUAL INSTITUCIONAL E PÓS-MEMÓRIA

Lembrança, esquecimento, história e memória fazem parte do nosso processo de tomada de consciência e transitam entre o indivíduo e a coletividade. Halbwachs (2006) credita à coletividade a constituição das nossas memórias individuais, dado que, segundo o autor, “Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas estejam obscuras para nós” (HALBWACHS, 2006, p. 29). Não há, para o autor, memória individual que seja descolada da memória coletiva, pois a corroboração do outro torna-se a tangência, ou confirmação da existência do fato rememorado, assim, recordar é um ato relacional (HALBWACHS, 2006; RICOEUR, 2007).

Por sua vez, a memória coletiva estabelece com a história tangências outras, formando uma amalgama política, cultural e dispositiva no seio da sociedade. Há, nesta constituição, a eleição arbitrária, registrada e impressa no imaginário dos vivos e pós-vivos ao fato dissertado. Exemplo disso, a própria Ditadura Militar brasileira representa um caleidoscópio de representações, impulsionando sentimentos diversos, opiniões distintas a respeito de um mesmo fato, no entanto, também interseções que brotam da narrativa dos vivos¹ e dos estudiosos, que se pautam nos documentos da época. Pensando sobre essas memórias e sua relação com a história, Kessel ([20--?], p. 5) afirma que:

Memória individual e coletiva se alimentam e têm pontos de contato com a memória histórica e, tal como ela, são socialmente negociadas. Guardam informações relevantes para os sujeitos e têm por função primordial garantir a coesão do grupo e o sentimento de pertinência entre seus membros. Abarcam períodos menores do que aqueles tratados pela história. Têm na oralidade o seu veículo privilegiado, porém não necessariamente exclusivo, de troca. Já a memória histórica tem no registro escrito um meio fundamental de preservação e comunicação. Memória individual, coletiva e histórica se interpenetram e se contaminam. Memórias individuais e coletivas vivem num permanente embate pela coexistência e também pelo status de se constituírem como memória histórica.

¹ Estes vivos tanto podem ser pessoas que viveram *no período*, ou que [sobre]viveram [n]o *período*, ou seja, aqueles que não sofreram as consequências diretas da Ditadura Militar, em termos de repressão e aqueles que se insurgiram contra o Regime, sofrendo as sanções e punições da época.

Portanto, as memórias eleitas (ou memórias hegemônicas) são aquelas que, dentro das tensões e jogos de poder, se sobrepõem às demais memórias, subalternizadas a partir de um conjunto de interesses, entre eles, o estabelecimento e manutenção da ordem social. Nesse sentido, as memórias individuais e coletivas não são, e não haveria possibilidade de sê-lo, evocadas de forma plena, cristalina e em sua completude. Há fragmentos que são silenciados, ou apagados, bem como há outros que se destacam, saindo da condição pontual, para uma mais generalista e, por vezes, histórica e/ou institucionalizada, a depender das interseções sociais que projeta e do poder que ajuda a manter, em uma perspectiva dispositiva e hegemônica.

A esse respeito, Pollak (1989) assevera que há um terreno de disputa entre as memórias de grupos minoritários (subalternos), as quais o autor chama de memórias subterrâneas, e as memórias oficiais, aqui chamadas de memórias hegemônicas² e entendidas por Pollak (1989), como memórias nacionais. Nesse sentido, o autor estabelece um entendimento mais crítico em relação à construção das memórias coletivas, entendendo que há um campo de disputa que ultrapassa as ‘comunidades afetivas’ estabelecidas por Halbwachs (2006). Este último entende que as memórias coletivas ocorrem onde há coesão social e adesão afetiva do indivíduo em relação ao grupo. Já Pollak (1989) compreende que a constituição das memórias coletivas, sobretudo da memória nacional (que seria uma memória coletiva mais ampla), é empreendida a partir de jogo de poder e disputa entre os marginalizados (ou minorias sociais) e dominantes.

Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela [a abordagem de análise dos excluídos] acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa (POLLAK, 1989, p. 4).

Complementa tal ideia, a asseveração de Le Goff (1990, p. 477), de que “[...] a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”, por tal motivo, afirma-se aqui o seu caráter dispositivo, dado que, se o dispositivo opera para “[...] capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar

² A pesquisa trata de memórias subalternas e hegemônicas na perspectiva que Spivak (2010) traz das identidades, também divididas em hegemônicas e subalternas. Este empréstimo conceitual é tomado ao se entender que a memória é importante instrumento de construção e reforço das identidades, logo, também há sobre essa memória, que tem forte carga política em si, tensões entre as perspectivas das narrativas oficiais e das narrativas subalternas, que Pollak (1989) chama de subterrâneas.

os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEN, 2005, p. 13), a memória, por seu turno - especialmente a coletiva nacional e a institucional - se constrói e constitui a partir dessas relações de poder que elegem acontecimentos e a condução destes acontecimentos em meio aos demais. A memória institucional diz respeito a um “[...] permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas dinâmicas” (THIESEN, 2013, p. 37). Há de se destacar que a instituição é permanentemente enredada pelo saber-poder, portanto é dispositiva e gera memórias que reforçam esses dispositivos.

Esta memória dispositiva, que se constrói no coletivo e torna-se amalgama da memória histórica e da memória institucional, interfere nas memórias individuais, por vezes, dando um novo tom à vivência daquele sujeito ou fazendo-o crer que as lembranças que dele emanam podem ser, não raro, produto de sua imaginação (HALBWACHS, 2009; RICOEUR, 2007), ou contaminadas pelas experiências sensoriais. Um exemplo, dessas nuances entre a memória individual e coletiva, é ilustrado por Halbwachs (2009), ao tratar da experiência de um garoto que apresenta a seu pai e seu avô um escorpião, achando ser uma lagosta. Os ascendentes do então menino são tomados pelo pavor, enquanto ele manuseia o animal peçonhento com total felicidade, até que um dos adultos o salva do perigo. Cada um dos vivos tem uma experiência compartilhada, no entanto, as lembranças que se formam são distintas, bem como os sentimentos evocados no fato enquanto presente.

Em ocasião posterior, quando o fato não mais é vivido, mas narrado ou rememorado, a percepção do menino, agora adulto, torna-se outra e seus sentimentos sobre o animal, que ele não mais enxerga como lagosta, mas como escorpião - com toda sua carga simbólica - o faz evocar não a memória do menino, mas a memória produto de sua interação com seu pai e seu avô. Ele pode até lembrar de sua experiência sensível, na ocasião, mas narrará a partir das interações e correções nascidas da experiência compartilhada e da própria vivência dele com outras memórias e experiências. Portanto, o processo memorialístico é dinâmico e não se descola de sua relação com o entorno, com a sociedade, com os demais indivíduos.

Esse movimento de eleição memorialística³ é importante para se pensar formas outras de memória e sua constituição, principalmente quando esta memória atravessa coletivos micro e macrossociais, cristalizando-se em memórias oficiais, de caráter histórico e institucional, por exemplo. Thiesen (2013) assevera que lembrança e esquecimento são duas faces simétricas da memória institucional. Logo, lembrar e esquecer tanto dizem respeito à memória individual, muitas vezes encarada como uma falha da nossa psiquê, como fazem parte dessas memórias dadas na coletividade, sob a égide da oficialidade, comprovação, registro e aceitação majoritária e, por que não dizer, da própria eleição memorialística.

3.1 Processo de historicização e institucionalização das Memórias Coletivas

Segundo Halbwachs (2006), há duas possibilidades de memória, uma interna (memória pessoal) e outra externa (social), que também poderiam ser chamadas, segundo o autor, respectivamente, de memória autobiográfica e memória histórica.

A primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de contas a história de nossa vida faz parte da história geral. A segunda, naturalmente, seria bem mais extensa do que a primeira. Por outro lado, ela só representaria para nós o passado sob uma forma resumida e esquemática, ao passo que a memória da nossa vida nos representaria dele um panorama bem mais contínuo e mais denso (HALBWACHS, 2006, p. 73).

Por vezes, recorreremos às memórias históricas, datadas e circunscritas em um dado espaço e tempo, para lembrarmos de eventos pessoais vividos, que são enredados por circunstâncias históricas. O período é compreendido em um ano definido e marcado pelas roupas e costumes da época, bem como por traços psicológicos e comportamentais específicos, logo, servem como instrumentos de rememoração, que ajudaram a situar temporalmente indivíduos. Isso ocorre porque, segundo Halbwachs (2006, p. 78-79), “Nossa memória não se apoia na história aprendida, mas na história vivida”. Essa marcação é importante para entender que a história só se torna amalgama da memória pessoal quando há, entre ambas, alguma tangência, reconhecimento e relação de pertença (POLLAK, 1989). Do contrário, a narrativa empreendida enquanto fato histórico passa pelo indivíduo de maneira amorfa tendendo ao esquecimento. O fato histórico pode não ter sido vivido

³ É importante destacar que essa eleição memorialística pode ser distinta do ponto de vista da memória individual, uma vez que é fruto das interações sociais, das limitações cognoscitivas do cérebro ou pode, ainda, estar associada ao trauma. Nesse sentido, lembrar e esquecer fazem parte do mesmo processo eletivo, que se dá na pluralidade de possibilidades culturais, sensíveis e psicológicas dos sujeitos, amparadas por dispositivos que façam com que essas memórias sejam evocadas, apagadas ou silenciadas.

diretamente pelo sujeito enquanto agente, mas de forma passiva, deixando neste as impressões e potência memorialística.

Um exemplo dessa supravivência pode ser ilustrado pelo ocorrido no dia 11 de setembro de 2001. O ataque às Torres Gêmeas (*World Trade Center*) faz parte da série de eventos históricos mais emblemáticos da humanidade, tanto por seu impacto (um avião colidindo com um prédio comercial, lotado de pessoas), quanto pela posição político-econômica dos EUA no mundo. O país era a maior potência existente. Obviamente, os sobreviventes e seus parentes recordam do ocorrido, salvo os que apagaram essa memória por conta do trauma. Outros, no entanto, lembram-se a partir da mediação dos veículos de comunicação, portanto, viveram e experienciaram o fato, mesmo que não geograficamente. Muitos destes, até hoje, lembram, de forma clara, ou não, onde estavam e o que faziam quando da queda das duas torres (HIRST, 2015). A essa memória, se dá o nome de lembrança-relâmpago (*flashbulb memory*), termo cunhado por Roger Brown e James Kulik, em 1977, ao estudar como as pessoas se recordavam da morte de John Kennedy (CONWAY et al. 1994).

A lembrança-relâmpago é importante para se entender como a história contemporânea ao indivíduo intervém em sua memória pessoal. A história não deve ser entendida, como “[...] uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto” (HALBWACHS, 2006, p. 79). Nesse sentido, a história é marcada pela descontinuidade e é justamente essa descontinuidade que marca os indivíduos e as sociedades. Tente lembrar de como foi a refeição da manhã de hoje, ou mesmo da semana passada. Há grandes riscos de falha, porque esta ação é praticamente automática e repetitiva. No polo contrário, ao se passar por uma situação não habitual, há grandes possibilidades de rememoração.

3.2 Biografias como possibilidade supra-experiencial para a memória

Até aqui, se viu que a história é feita de descontinuidades e que a própria memória é estabelecida por trocas que envolvem essa descontinuidade e jogos de poder que transitam entre indivíduos subalternizados e dominantes. Portanto, há memórias que são socialmente evidenciadas e compartilhadas, bem como apreendidas, e há outras que são ocultadas, sob a forma de silêncio ou apagamento, constituindo *subterraneidade* de memórias clandestinas,

escamoteadas pela ordem hegemônica, também chamadas por Pollak (1989) de memórias proibidas.

Essa memória 'proibida' e, portanto, 'clandestina' ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades (POLLAK, 1989, p. 6).

Exemplo disso, a Ditadura Militar brasileira viveu e vive até hoje, mesmo finda, os jogos memorialísticos, que envolvem o silêncio e o apagamento como suas constituintes complementares. O debate em torno da abertura e apreciação dos documentos produzidos à época revelam uma necessidade dos pós-viventes, ou das gerações seguintes à Ditadura Militar, de reconstituir tais memórias a fim de melhor definir os fatos enredados nesse período histórico do país. Não obstante, destes documentos e dos relatos dos viventes, emergem produções diversas que visam montar este quebra-cabeças marcado pela dispersão e sobreposição das informações ora proibidas ou clandestinas aos olhos dos mecanismos sensórios existentes entre os anos de 1964 e 1985. A esse respeito, Thiesen (2013, p. 35) assevera que:

Com a censura aplicada aos meios de comunicação oficiais e extraoficiais, o funcionamento das instituições naquele período [o da Ditadura Militar] escondeu toda uma série de acontecimentos políticos que hoje circulam nos mesmos meios de comunicação agora livres do controle ditatorial, mas ainda assim sujeitos às disputas políticas da memória.

Neste sentido, obras diversas foram produzidas, como filmes, documentários, livros em perspectiva histórica, biografias, trabalhos acadêmicos (artigos, teses, dissertações etc.) com o intuito de trazer à tona as percepções a respeito desse período. Há, marcadamente, uma disputa narrativa cultivada nestas publicações a partir de relatos coletados, documentos institucionais e pessoais da época, recortes de jornal entre outras fontes. O período de abertura (redemocratização) plena sedimentou as ações investigativas que foram obscurantadas no governo vigente, que tentara se sobrepor nas disputas narrativas, sob a alegação de que o período de direção militar do Estado brasileiro tratava-se de uma anomia necessária para arrefecer o 'câncer do comunismo' (VICO, 2004), que, comprovadamente, nunca chegou a ser sequer empreendida no país, portanto, tratava-se de um espantalho discursivo.

[...] até o presente, nenhum documento apreendido pelos aparelhos da inteligência repressiva comprovou supostos planos ‘golpistas’ de João Goulart. Nem mesmo os serviços de segurança estadunidenses (CIA, Departamento de Estado, Embaixada dos EUA no Brasil etc.), que colaboravam amplamente com os militares brasileiros, apresentaram quaisquer indícios do propalado ‘golpismo’ do governo (TOLEDO, 2014, p. 32)

A partir do estudo e aprofundamento de pesquisadores (GASPARI, 2012; THIESEN, 2013; SCOCUGLIA, 2013; BRITO, 2017; VICO, 2014) do tema e dos relatos dos sobreviventes que passaram pelos órgãos repressores do governo da época, se percebeu que, na verdade, as disputas políticas, sociais, culturais, de imprensa e discursivas não eram exatamente equiláteras. Ora, a Ditadura de 1964 brasileira fora estruturada com o comando direto dos militares, mas gestada de forma intersetorial e internacional, com apoio do Governo americano, do empresariado brasileiro, imprensa nacional, setores da Igreja Católica mais conservadores e a própria sociedade civil. Portanto, havia uma rede que operava para além do institucional e que garantiu a manutenção e prevalência deste por vinte e um anos.

A existência desta rede operou na memória nacional oficial de forma ativa e silenciadora. “Alguns agentes atuaram no sentido de promover uma amnésia social sobre determinados fatos relativos ao tema. Estabeleceu-se um esquecimento-manipulação [...] dada a necessidade de se regular a memória cívica e ‘cicatrizas’ as feridas coletivas” (BRITO, 2017, p. 15). Essa amnésia social veio como justificativa para o avanço do país pós-ditatorial, com a concessão do perdão a todos, independente do lado que ocuparam no período, como forma de ‘reconciliação nacional’. No entanto, o que estava em jogo não permitiria tal reconciliação, dado que o ferimento dos direitos humanos dos presos políticos foi uma mácula inesquecível para as gerações viventes e seguintes (BRITO, 2017).

A respeito destas gerações de memória, há três divisões destacáveis (BRITO, 2017):

- Primeira geração: são os viventes, “[...] as vítimas diretas do período repressivo, ou seja, os ex-presos e perseguidos políticos [...]” (BRITO, 2017, p. 16), fortemente influenciada pelos ideais revolucionários socialistas; insurgentes, foram presos e torturados por sua ação anti-ditatorial;
- Segunda Geração: “[...] famílias e amigos das vítimas dos mortos e desaparecidos políticos que, de acordo com a Corte Interamericana de Direitos Humanos, são vítimas de crimes continuados, em alguns casos, julgados pela Corte, pois a ausência de informação sobre o que aconteceu a

seus parentes e amigos é considerada uma forma de tortura” (BRITO, 2017, p. 18);

- Terceira Geração: “[...] jovens que não possuem ligação direta com o período militar, nem com seus agentes, muitos dos quais nasceram no período da redemocratização, e além de apoiar as causas das duas gerações citadas, reivindicam o direito à memória e à verdade” (BRITO, 2017, p. 18).

A respeito dessas gerações, pode-se perceber que as memórias são enredadas e empreendidas de formas distintas. A primeira geração viveu e pode ser entendida como uma fonte primária de suma importância para a atividade de rememoração, bem como a segunda, que reconstitui as experiências lembradas a partir do contato com a geração anterior, enquanto a terceira geração engendra em si o papel historiográfico, investigativo e coletor destas memórias supravividas. A respeito da segunda geração, Marianne Hirsch (1993, p. 106, tradução nossa) assevera que esta enreda a pós-memória que, segundo a autora, trata da:

[...] relação que uma geração tem com sua anterior, testemunhando traumas culturais ou coletivos advindos das experiências dos que vieram antes, experiências ‘lembradas’ apenas por meio das histórias, de imagens e comportamentos com os quais esta geração cresceu. Estes [elementos] foram transmitidos [à segunda geração] de forma tão profunda e efetiva que parecem constituir memórias em si mesmos. A conexão da pós-memória com o passado não é, portanto, mediada pela recordação, mas pelo investimento imaginativo, projeção, criação. Crescer com memórias hereditárias tão avassaladoras, ser dominado por narrativas que precederam o nascimento ou a consciência de alguém, é arriscar que as próprias histórias e experiências sejam deslocadas [...] pela geração anterior. [...] Esses eventos aconteceram no passado, mas seus efeitos continuam no presente.

Nesse sentido, a pós-memória é a memória que sangra de uma geração para a outra, sendo estabelecida a partir de três elementos, a própria memória, a família e a fotografia, que são vetores de transmissão às gerações posteriores. “A pós-memória não é idêntica à memória: ela é pós, mas, ao mesmo tempo, aproxima-se da memória em sua força afetiva” (HIRSCH, 2008, p. 109). Esta memória pode ser carregada de subjetividade, no entanto, quando em contato com outras memórias, invariavelmente, acha uma constância, um eco do sofrimento a que foram submetidos vivos e não vivos de períodos ditatoriais.

Já as memórias de terceira geração carregam em si traços hereditários que elucidam em seus indivíduos a incidência das outras gerações, a partir de agentes, de artífices da memória, como historiadores, pesquisadores, os próprios vivos e pós-vivos,

respectivamente de primeira e segunda geração. Essa terceira geração é produto das relações e tensões existentes entre as memórias geracionais e as memórias oficiais, entre as memórias pessoais e históricas. Ela é, portanto, o campo de batalha entre as memórias hegemônicas e subalternas, ou utilizando a terminologia pollakiana (POLLAK, 1989), entre as memórias oficiais e subterrâneas, tendo como papel a reconstrução das memórias geracionais anteriores que são invisibilizadas e/ou silenciadas pelo poder dominante.

Um dos instrumentos de reconstrução dessas memórias é a biografia. Esta é composta por elementos diversos que buscam montar o quebra-cabeças da existência de um indivíduo. Há, nas biografias, vozes, narrativas plurais que se propõem a reconstituir as vivências de alguém que, por vezes, não mais vive enquanto matéria, mas somente enquanto potencial memória coletiva. Dessa forma, invariavelmente, o autor recorre aos atores contemporâneos ao seu personagem, como forma de apreensão do seu tipo psicológico, de suas práticas, manias, costumes e forma de pensar; aos documentos que o enredam ou ao período ao qual tal personagem pertencera e a diversas outras fontes que sirvam de elemento constitutivo e comprovativo da existência dele e de como essa existência se deu.

Nesse sentido, o ato biográfico é, primordialmente, um ato investigativo, narrativo e memorialístico que reinsere memórias e lembranças antes dispersas em um contexto reconstruído, que pode vir a ser amalgamado no seu leitor, independente da geração a qual pertença, refletindo neste de formas distintas de acordo com a distância geracional a que está submetido.

4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O livro foi escolhido como objeto do presente estudo ao se entender que há na figura de Carlos Marighella a construção de uma imagem dual, de acordo com o viés ideológico dos interlocutores que o retratam, mas há, também, um fio condutor factual que permeia a história do revolucionário baiano. Marighella nasceu em Salvador, em 1911, ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), tornando-se deputado federal constituinte no ano de 1946. No entanto, em 1948 perde seu mandato, na época em que Dutra enrijece o regime e passa a perseguir de forma mais contundente os comunistas (CORDEIRO, 2017).

Após o golpe militar foi baleado e preso pelo DOPS enquanto estava em uma sessão no cinema Eskyte Tijuca, sendo libertado em 1965 por decisão judicial. Em 1967, opta pela luta armada contra a ditadura escrevendo 'A crise brasileira', um

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

trabalho teórico de Marighella, de 1966, que expõe seu descontentamento com o PCB e a estrutura de classes do Brasil. Devido à sua crítica ao Partido neste artigo é expulso em 1967. [...] Devido ao seu rompimento com o Partido Comunista, funda a ALN (Ação Libertadora Nacional) [...] Marighella ficou conhecido, junto de seus aliados, como terroristas, tornando-se assim o inimigo número um da ditadura (CORDEIRO, 2017, p. 87-88).

A história do livro de Magalhães (2012) começa por este fatídico episódio do cinema, que evidencia a vida de Marighella sendo marcada pela inconstância de sua liberdade e seu comportamento reativo e inconformado com os rumos do país. O antigo membro da ALN participou de ações contundentes contra a ditadura, como a invasão da Rádio Nacional de São Paulo, realização de ‘expropriações’ (assalto a banqueiros) e outras práticas que visavam tanto burlar, como desmontar o sistema vigente, a Ditadura Militar. Tais feitos chamaram a atenção dos dirigentes do Governo, que passaram a seguir seus passos na tentativa de anulá-lo, logrando êxito no dia 4 de novembro de 1969.

Com as ações cada vez mais ousadas por parte dos movimentos de luta armada, o governo intensifica seu combate aos guerrilheiros e, no dia 4 de novembro de 1969, Carlos Marighella é morto por agentes do DOPS em uma ação coordenada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, na cidade de São Paulo. Marighella, líder da ALN paga o preço com sua vida pelo seu combate à ditadura militar no Brasil e sua opção pela luta armada como forma de enfrentamento. A ocasião da morte do guerrilheiro ainda hoje está imersa em controvérsias, com muitas versões para o mesmo fato. O que é certo é que o DOPS se utilizou do sequestro de frades dominicanos que tinham relações com a ALN e os obrigaram a marcar um encontro com Marighella. (DOPS, APERJ-1969) Chegando ao local, na Alameda Casa Branca, em São Paulo, os policiais o surpreenderam e o executaram com quatro tiros, tendo sido alterada a cena do crime (CORDEIRO, 2017, p. 90).

A cena em questão, da execução de Marighella, foi forjada para dar a entender que o líder revolucionário havia entrado em combate, por troca de tiros, com os policiais, no entanto, há três versões (RODRIGUES, 2016) para a história, essa do combate armado, a de que Marighella foi executado com a tiros, fora de seu carro e uma outra, que fora defendida pelo grupo Tortura Nunca Mais, a partir de exames legistas que atentam que Marighella foi morto com um tiro que atingiu sua aorta. A morte do líder revolucionário foi retratada na terceira parte do livro de Magalhães, trazendo relatos diversos, entre os quais, se destaca o de seu próprio filho, ‘Carlinhos’, que revelou a imposição de silenciamento pelo DOPS e a proibição de enterrar seu pai em Salvador, para não gerar comoção (MAGALHÃES, 2012).

Se vê, a partir da narrativa empreendida por Magalhães (2012), que a história de Marighella é contada a partir de várias vozes, de memórias que são evocadas por fontes distintas e que se encaixam, como em uma dança, aparentemente harmônica. Para melhor

entender essa construção da memória de Marighella, recorre-se à primeira categorização, estabelecida pelo próprio autor, que é a da divisão das fontes:

- (1) *Entrevistas e consultas*: atores sociais que, em certa medida, viveram o período, com ligação direta ou indireta estabelecida com Marighella;
- (2) *Bibliografias*: livros em perspectiva biográfica, histórica, memorisística;
- (3) *Fontes*: materiais bibliográficos de cunho científico que serviram de aporte teórico e de pesquisa, para reconstituição da vida de Marighella. Artigos, monografias, teses e dissertações;
- (4) *Fotografias*: recursos imagéticos, de caráter ilustrativo. Cristalização de uma memória que pode ser o retrato artificial ou real das memórias que se desejou evocar.

Estabelecidas as categorias de pesquisa de Magalhães (2012), pode-se perceber que há uma variedade de fontes não somente, mas de vozes que ecoam enquanto memórias plurais e que reforçam as interseções advindas da coletividade, da própria memória coletiva. Nesse sentido e de posse do aporte teórico outrora levantado, pode-se estabelecer, conforme o Quadro 2, as memórias evocadas destas fontes.

Quadro 2 - Mapeamento memorialístico da obra

Materiais e atores consultados	Tipo de memórias evocadas	Gerações a que pertencem
Entrevistas e consultas	Memórias individuais; Memórias pessoais; Memórias coletivas; Subalternas/subterrâneas; Pós-memória	Primeira e segunda gerações
Bibliografias	Memórias individuais; Memórias pessoais; Memórias históricas; memórias coletivas; Subalternas/subterrâneas; Oficiais; Pós-memória; Memória institucional.	Primeira e segunda gerações
Fontes	Memórias individuais; Memórias pessoais; Memórias históricas; memórias coletivas; Subalternas/subterrâneas; Oficiais; Pós-memória; Memória institucional.	Segunda geração
Fotografias	Pessoal; Individual; Histórica;	Primeira geração

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

	Institucional; Subterrânea/subalterna; Oficiais.	
--	--	--

Fonte: dados da pesquisa

Para aferir estes dados, observou-se, de forma aleatória, as unidades de cada tipo de material, importando, neste primeiro momento, somente a incidência ou não dos vários tipos de memória elencados, não a sua frequência. Desta forma, tão logo os dados apresentassem um exemplo de memória e de geração, logo se passou a categoria seguinte e assim sucessivamente, uma vez que o objetivo é a apreciação qualitativa dos dados.

Nestes termos, observou-se que, na categoria 1 (entrevistas e consultas), os atores foram personalidades que vivenciaram o período de maneira direta ou indireta. Portanto, amigos de Marighella, parentes, pessoas próximas, ou não, ou mesmo pessoas que tiveram contato pontual com o membro da ALN, como foi o exemplo do então estudante, Alcides Rafful Raphael, testemunha ocular da prisão de Marighella no cinema. Este não teve sequer alguma ligação além desta, com o ‘personagem principal’, mas fora uma peça fundamental para a reconstituição do fato que os envolveu. Percebe-se, a partir desta categoria e da sua estruturação, que as memórias individuais podem ser peças de quebra-cabeças aparentemente distintos, a partir de sujeitos que não constituem uma ligação orgânica, mas meramente pontual. Esta ligação sendo diametralmente oposta à pós-memória, mas não a anulando. Dado que, nesta mesma categoria, observa-se a existência de entrevistados cuja ligação é consanguínea ou afetiva, como foi o caso dos filhos, amigos e mulher de Marighella. A terceira geração não está constituída nesta categoria, uma vez que os entrevistados foram, essencialmente, pessoas que viveram direta, ou indiretamente os horrores do período, seja pela impressão direta dessas vivências sobre o corpo e sobre as liberdades, seja pela ciência a partir de uma narrativa parental, consanguínea ou de algum outro tipo de laço genuinamente afetivo ligado às pessoas que foram presas e/ou violadas pelo governo vigente.

A categoria bibliografias, pode-se afirmar, é uma das mais completas em termos de utilização das várias memórias, dado que tem papéis fundamentais. Como o de evocar determinada figura pública, positiva ou negativamente; de reconstituir o cenário que dado período ou personalidade enredou ou foi enredado; recontar a história, a partir de filtros que permitam a construção da narrativa etc. ou mesmo situar o leitor em dado espaço-

tempo. Mais precisamente, em relação às biografias, se um dos objetivos é reconstitutivo, logo, o uso de fontes diversas, que se traduzem também em vozes diversas, é imprescindível para que ela apresente nuances mais densas daquilo que se deseja retratar. Cabe destacar que essas biografias tanto podem ser gestadas por pessoas que sobreviveram ao período, como foi o caso de Frei Beto com ‘O batismo de Sangue’ e que, portanto, é uma biografia escrita por um autor de primeira geração, como pode ser de autoria de pessoas de gerações distintas (segunda e terceira gerações), como Caetano Marighella (filho de Carlos Marighella). Nesse sentido, pode-se afirmar que as biografias são multigeracionais, dado que narram, enquanto autoria, a partir de um ponto (geração), mas se sustenta em outros, para dar maior credibilidade ao relato.

Apesar disso, é perceptível, a partir do levantamento, que não há autores de terceira geração na lista de bibliografias. Infere-se que isso ocorre pela própria atualidade do tema, dado que a ditadura finda em 1985 e o livro de Magalhães é escrito no ano de 2012, logo os nascidos na terceira geração, provavelmente, estão em fase de maturação intelectual. Ainda sobre a categoria bibliografias, observa-se também a riqueza dos temas, que se tangenciam em certa medida, mas que evidenciam que, não necessariamente, há necessidade de um tema uníssono para que seja escolhida. A riqueza da diversidade bibliográfica permite ao escritor uma visão macroscópica do contexto do sujeito biografado, contanto que lhe seja tangente.

A categoria fontes apresenta-se de forma análoga à categoria anterior, estando ausente nesta autores de terceira geração. Acredita-se que o fator contribuinte seja, efetivamente, a atualidade do tema e maturação da terceira geração, bem como o período em que o livro fora escrito.

A categoria fotografia fora classificada como primeira geração, uma vez que os registros estão umbilicalmente ligados ao período em que foram tiradas e reveladas as imagens. É importante destacar que sob a fotografia esconde-se duas faces, a de retrato da verdade e a de manipulação do fato (CARDOSO, 2013). Destaca-se, neste sentido, a própria morte de Marighella, cuja foto virara capa de jornal com amplo anúncio do ocorrido e de como havia circunstanciado. Tempos depois, aquela fotografia de Marighella estendido no banco de trás do carro foi desmentida por Sérgio Jorge (RODRIGUES, 2016), um dos fotógrafos a registrar o momento. A fotografia, neste sentido, ganhou novo entendimento, sendo um dos símbolos do esforço dos militares da época em forjar a morte de seus

desafetos de forma a comover a opinião pública em seu favor. Magalhães (2012) destaca a fotografia na biografia, a colocando como ‘esdrúxula’, pela falta de zelo, dos militares, em forjar uma situação de embate. Outras tantas fotos retratam momentos diversos da vida de Marighella e de pessoas ligadas a ele, direta ou indiretamente, afetivamente ou como desafeto. Vale destacar, a partir de Le Goff (1990), que a fotografia é um importante artefato memorialístico que ajuda a reconstruir dada realidade. Mas, como bem se viu, esta realidade pode ser maquiada para dar um outro tom à memória, reforçando os jogos de poder a ela ligados.

Basicamente, várias memórias são evocadas nos materiais e atores elencados por Magalhães (2012), muitas de cunho pessoal, subterrâneo/subalterno e que, claramente, contrastam com memórias oficiais, institucionalizadas e históricas. Assim, pode-se inferir que as biografias, sobretudo de personalidades que ferem a ordem hegemônica, operam de forma a inquietar e estremecer macroestruturas discursivas a partir do diálogo memorialístico das vozes outrora individuais e, nessa construção narrativa, intersubjetivas, de gerações distintas. As relações entre velar e desvelar são experienciadas a partir da reconstrução deste quebra-cabeças memorialístico cujo tom é dado a partir do material sensível (entrevistados de primeira e segunda gerações) e da história enredada nos documentos oficiais, nas pesquisas empreendidas por pessoas de segunda e terceira geração e, por que não dizer, dos próprios leitores que, eles próprios, fazem suas conexões a partir das próprias experiências e meta-experiências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, a partir da discussão levantada e do que revelaram os dados, que as biografias são importante instrumento memorialístico e, marcadamente, são também uma possibilidade de fazer ecoar memórias subalternizadas. O processo de criação das biografias envolve etapas sucessivas e, por vezes, exaustivas de pesquisa, de busca de materiais e as tensões existentes entre as memórias oficiais e subterrâneas. Trazer à tona essas memórias é fazer emergir novas consciências, mas também um diálogo de gerações espaço-temporalmente impossibilitadas de contato. Esse tipo de publicação é, portanto, uma mediação entre passado e presente.

Ademais, percebe-se que as discussões acima empreendidas não se esgotam nas últimas linhas desta pesquisa, há possibilidades diversas que variáveis como o tempo não

permitiram a priori, mas que podem ser pensadas a partir de um olhar mais atento à essas fontes, sobretudo ao material sensível (os entrevistados) nela contida. Que ligações efetivas existem entre o biografado e estes entrevistados? A possibilidade de escavar essas ligações pode elucidar questões outras, como o próprio mapeamento filo-político-ideológico dos partícipes, seus contextos e suas particularidades.

Acredita-se que as proposições ora elencadas foram alcançadas, sobretudo ao se pensar que as biografias, além de constituírem-se em instrumento memorialístico e político, são um substrato plurimemorial, ou metamemorial, dado que evoca e é evocado por um caleidoscópio de vivências, de percepções e de memórias.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. **Outras travessias**, n. 5, Ilha de Santa Catarina, 2 sem. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/viewFile/12576/11743>. Acesso em: 28 jul. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **A CNV**. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRITO, Ana Paula. **Escrachos aos torturadores da ditadura**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

CARDOSO, João Batista Freitas. Fotografia, realismo e ética: a manipulação digital no jornalismo e na publicidade. **Cuadernos.info**, 2013, n. 33, p. 133-144. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/cinfo/n33/art12.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CARINO, Jonaedson. A biografia e sua instrumentalidade educativa. **Educação & Sociedade**, ano 20, n. 67, ago. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n67/v20n67a05.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2019.

CONWAY, Martin A. The formation of flashbulb memories. **Memory and Cognition**, v. 22, n. 3, 1994. P. 326-343. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/15191080_The_formation_of_flashbulb_memories. Acesso em: 30 jul. 2019.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. 2. Ed. São Paulo: Centauro, 2006.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

HIRSCH, Marianne. Family Pictures: Maus, Mourning, and Post-Memory. **Journal for Theoretical Studies in Media and Culture**, v. 15, n. 2, 1993. Disponível em: <https://digitalcommons.wayne.edu/discourse/vol15/iss2/1>. Acesso em 03 ago. 2019.

HIRSCH, Marianne. **The Generation of Postmemory**. Poetics today, v. 29, n. 1, 2008. Disponível em: http://historiaeaudiovisual.weebly.com/uploads/1/7/7/4/17746215/hirsch_postmemory.pdf. Acesso em: 3 ago. 2019.

HIRST, William et al. A Ten-Year Follow-Up of a Study of Memory for the Attack of September 11, 2001: Flashbulb Memories and Memories for Flashbulb Events. **Journal of Experimental Psychology: General**, v. 144, n. 3, 2015. P. 604-623. Disponível em: https://scholar.harvard.edu/files/schacterlab/files/hirst_et_al_jepgeneral_2015.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

KESSEL, Zilda. **Memória e memória coletiva**. Brasil, [20--?]. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/escol>. Acesso em 16 jul. 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: SP Editora Unicamp, 1990.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAGALHÃES, Nancy Alessio. Memória, imagem e raízes da vida. **Textos de História**, v. 12, n. ½, 2004. Disponível em: periodicos.unb.br/index.php/textos/article/download/6030/4989. Acesso em 19 jul. 2018.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Alan. A farsa na morte de Marighella. **Istoé**, Brasil, 21 jan. 2016. Disponível em: https://istoe.com.br/193279_A+FARSA+NA+MORTE+DE+MARIGHELLA+/. Acesso em: 10 ago. 2019.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Ditadura Militar no Brasil: a vez e a voz dos perseguidos**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2013.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2013.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

TOLEDO, Caio Navarro de. Teses revisionistas sobre 1964: democracia e golpismo. In: VALLE, Maria Ribeiro do. **1964-2014: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. (Série Temas em Sociologia, 7). Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/serie-temas-em-sociologia-n7.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2019.

VICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p.29-60. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2019.